

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Shopping News Class.: 84
Data 24/09/87 Pg.: _____

Índios dizem que perderam

Para as comunidades indígenas, não houve qualquer ganho com o segundo substitutivo, de acordo com Ailton Krenak, líder da União das Nações Indígenas (UNI). "O artigo sobre o direito à terra", diz ele, "especifica que os índios têm direito apenas aos locais onde se acham permanentemente localizados. O relator Bernardo Cabral esqueceu-se de que, além da maloca e terreiro, os índios precisam da área de perambulação, formada pela área de caça, pesca e cemitério."

Afora essa limitação, Ailton vê outras, como a da exploração das riquezas minerais em terras indígenas, que estipula a destinação de um percentual dos lucros para as comunidades indígenas e o meio ambiente. "Além de não atender nossas reivindicações, pois só admitimos a exploração dos minérios no caso de não existirem em outra parte do País, as Nações Indígenas terão de financiar a política ambiental do governo, sustentando as Semas, Consemas e outras emas. Isso é um absurdo."

A cidadania plena também não ficou garantida para os índios, já que os atos que envolvem interesses das comunidades indígenas deverão ter a mediação do Ministério Público ou de órgão federal próprio, no caso a Funai, que Ailton critica violentamente: "Ela não atende aos nossos interesses e agora vem criando através de seu superintendente e futuro presidente, Eraldo Fernandes da Silva, uma categoria nova, 'o índio puro', muito próxima da tese de Hitler".

Na análise do líder da UNI, todo trabalho desenvolvido desde abril na Constituinte pela comunidade indígena, que culminou com a arrecadação de 44.171 assinaturas, acabou comprometido pela "campanha que o jornal 'O Estado de S. Paulo' desenvolveu contra o Conselho Missionário Indigenista (Cimi). Foi uma história policialesca, encomendada por mineradoras e madeireiras", afirma Ailton, "sem intenção de atingir a Igreja, mas de minar o comprometimento de cerca de duzentos parlamentares com a causa indígena. Agora, eles devem rever suas posições diante das cobranças infundadas de comprometimento da soberania nacional, no caso de se ampliar o direito dos índios".